



## Interpelação oral

Depois da transferência de soberania, o desenvolvimento do sector do jogo verificou uma singular prosperidade, acabando por monopolizar a economia local. Macau já ultrapassou Las Vegas, ocupa o primeiro lugar do pódio das cidades do jogo, e é famosa em todo o mundo, só é pena que o meu gabinete de deputado tenha recebido, nos últimos meses, cada vez mais queixas dos cidadãos. Estes afirmam que jogar nos casinos é um grande risco, porque as concessionárias nem sempre pagam os prémios das *slot machines* quando se acerta, recorrem antes aos mais diversos meios e razões para reduzir o montante a pagar, tais como adiar e negociar o pagamento, sempre com avanços e recuos.

Segundo os dados estatísticos oficiais, entre 2012 e 22 de Maio de 2014 verificaram-se 133 casos de indemnização por avarias de *slot machines* nos casinos, ou seja, uma média de 5 casos por mês. Trata-se de uma frequência elevada, e de entre todos os casos registados, apenas 3 foram resolvidos com apoio da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, o que significa que os restantes 130 foram resolvidos a título particular, portanto, não contaram com a participação daquela Direcção, que é responsável pela fiscalização das actividades das concessionárias do jogo.

O jogo é um sector de actividade preponderante e de grande dimensão, portanto, deve assumir mais responsabilidades sociais e, ainda, salvaguardar



a implementação de valores essenciais como a imparcialidade e a justiça, evitando situações de recusa de pagamento dos prémios que, na realidade, só afectam a reputação de Macau no mundo. Há que ter em conta que, enquanto principal indústria de Macau, a economia pode ser gravemente afectada ao menor sinal de perturbação no sector do jogo, por isso, o Governo da RAEM necessita de salvaguardar o saudável desenvolvimento deste sector.

As salas de jogo têm aumentado, e com vista a atrair mais dinheiro, os juros praticados são mais elevados do que nos bancos, portanto, muitos residentes de Macau investem nessas salas. Porém, devido às lacunas legais existentes, não existe fiscalização, por isso, há dias, alguns responsáveis dessas salas fugiram, facilmente, com 10 mil milhões, causando graves prejuízos aos residentes que ali investiram.

Sendo assim, interpelo novamente o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. O sector do jogo, enquanto sector dominante de Macau, é o principal suporte económico do Governo da RAEM, portanto, a sua posição e reputação a nível internacional são muito importantes para Macau. Por isso, com vista a salvaguardar a sua boa imagem internacional, o Governo deve garantir o bom funcionamento das máquinas de jogo e solicitar às concessionárias que assumam as suas responsabilidades sociais, no sentido



de garantir a imparcialidade e a justiça das actividades dentro dos casinos, evitando-se assim as situações de recusa de pagamento dos prémios. O Governo vai fazê-lo?

2. A Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos vai divulgar os relatórios e os motivos de todas as avarias das máquinas de jogo desde 2012 até agora? Quanto às avarias, vai exigir às concessionárias do jogo que assumam as devidas responsabilidades e que procedam à revisão da situação?

3. Devido às lacunas legais existentes, não existem garantias para os residentes que investem nas salas de jogo. Há que evitar que situações de fuga com todo o dinheiro voltem a repetir-se, portanto, o Governo deve regular, formalmente, esta indústria, com vista ao seu desenvolvimento saudável, através do aperfeiçoamento e uniformização da Lei do Jogo. Quando vai fazê-lo?

20 de Junho de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho